



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 27939 - DF (2021/0230795-6)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE : BERENICE MEDEIROS DE FREITAS MARANHÃO
ADVOGADO : PABLO PICININ SAFE - DF022911
IMPETRADO : MINISTRO DA ECONOMIA
INTERES. : UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de mandado de segurança, com pedido de liminar, impetrado por BERENICE MEDEIROS DE FREITAS MARANHÃO, apontando como autoridade coatora, o Ministro da Economia.

Para tanto, afirma que foi reconhecida como dependente de anistiado político, e que, por força de decisão judicial, teria recebido o valor retroativo na quantia de R\$ 671.170,77, no mês de junho de 2020, contudo, sem a incidência de juros e correção monetária.

Narra que apelou ao Tribunal de origem, o qual entendeu que o requerimento de atualização deveria ser realizado administrativamente.

Aduz que apresentou pedido ao Ministério da Economia, o qual respondeu não possuir "expertise e ferramenta para realizar a referida atualização" (e-STJ fl. 3), encerrando o processo administrativo sem qualquer encaminhamento.

Requer, liminarmente, seja determinada à autoridade coatora que, no prazo de 30 dias, "adote as providências administrativas necessários ao fiel cumprimento da deliberação tomada no processo administrativo n. 14021.101979/2021-31 SEI/ME, destinados ao pagamento dos juros e correção monetária incidente sobre o valor retroativo (R\$ 639.540,77), efetivado na folha do mês de junho de 2020, durante o período de 20/01/2012 até a data do efetivo pagamento" (e-STJ fl. 7). No mérito, pugna pela concessão da ordem, confirmando-se em definitivo a tutela de urgência.

É o relatório. Decido.

O deferimento de medida liminar em mandado de segurança pressupõe a constatação da presença simultânea dos requisitos autorizadores, a saber, o *fumus boni iuris*, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos expendidos no *writ*; e o *periculum in mora*, consubstanciado na possibilidade de perecimento do bem jurídico objeto da pretensão resistida.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que não restou demonstrado o perigo da demora, pois não há risco de ineficácia da concessão da ordem mandamental na hipótese de a liminar não ser desde logo deferida.

Com efeito, não foi apresentada fundamentação relevante e suficiente a demonstrar o perigo de dano irreparável, não restando configurada a necessidade concreta e urgente de concessão da tutela, a ponto de justificar a atuação em regime de plantão.

Nesse contexto, em que pese as alegações acerca do suposto direito ao recebimento dos juros e correção monetária incidentes sobre o valor principal, a ausência de um dos requisitos por si só obsta a concessão da medida.

Ademais, o pedido de liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, demonstrando a natureza satisfativa do pleito, cuja análise pormenorizada

competete ao colegiado no momento oportuno.

Ante o exposto, **indefer-se o pedido de liminar**, sem prejuízo de ulterior deliberação pelo relator.

Notifique-se a autoridade coatora para que preste informações no prazo de 10 dias (art. 7º, I, da Lei n. 12.016/2009).

Cientifique-se a Advocacia-Geral da União para que, querendo, ingresse no feito (art. 7º, II, da Lei n. 12.016/2009).

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal (art. 12, caput, da Lei n. 12.016/2009).

Publique-se. Intimem-se

Brasília, 21 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência